



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

### ATA DA 4ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS - 2023 - Plenária Lucio Barcellos -

1 No trigésimo dia do mês de março de dois mil e vinte e três, às treze horas e trinta minutos,  
2 o pleno do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, esteve reunido em formato  
3 híbrido, por meio da plataforma "Cisco Webex", e presencial, no auditório do 9º andar do  
4 Edifício Centro Administrativo Fernando Ferrari – CAFF, para realização da 4ª Plenária Or-  
5 dinária deste Colegiado. A transmissão está disponível no seguinte endereço eletrônico:  
6 <https://www.youtube.com/watch?v=SK8mcDSN6O0>. Estiveram **presentes os titulares**  
7 (presenciais e virtuais): Inara Ruas (Sergs), Péricles Stehmann Nunes (SES-RS), Paulo  
8 Antonio Casa Nova (CRMV-RS), Ivete Regina Ciconet Dornelles (CRN), Cláudio Augustin  
9 (CUT), 'Vitório Alexandre Passero (CNBB), Karina Hamada Iamasqui Zuge (FCD), Itamar  
10 Silva dos Santos (FETAPERGS), João de Deus Pawlak (FRACAB), Carlos Duarte (GAPA),  
11 Rodrigo Finkelsztejn (SINDSEPE), Carolina Gyenes (SPGG), Silvana Halmenschlager  
12 (CREFITO), Teresinha Valduga (ESP), Danusa (SEDUC), Larissa D'agnoll (FGSM), Cristina  
13 Paim (Fed. Santas Casas), Boris Jr. (FIERGS) e **suplentes** (presenciais e virtuais): Elaine  
14 T. G. dos Santos (AGAPAN), Helena Cavalcanti (SINDFARS). Discutiu-se os seguintes te-  
15 mas em pauta: **1) Informes e Expedientes; 2) Comemoração do décimo aniversário do**  
16 **Comitê Estadual de Enfrentamento à Tuberculose do Rio Grande do Sul - CEETB/RS;**  
17 **3) Atenção Especializada no RS: Média e Alta Complexidade; 4) Plano Estadual de**  
18 **Saúde ; 5) 9ª Conferência Estadual de Saúde: Deliberação sobre o Documento Orien-**  
19 **tador; 6) Assuntos Gerais.** Foi aprovada, pela urgência, a inclusão de pauta sobre a **saída**  
20 **do CES-RS do CAFF.** A vice-presidente do CES/RS inicia a plenária com uma homenagem  
21 à Lucio Barcellos, médico-sanitarista, ex-presidente do CES/RS, falecido durante a semana.  
22 Sugere, como homenagem, que essa plenária seja nomeada "Lucio Barcellos" (a constar  
23 em ata). Informa que foi recebido o ofício da CUT, com indicação dos representantes: Al-  
24 fredo Elenar Gonçalves (titular), Anitamar Lencina (suplente), Cláudio Augustin (titular) e

25 Júlio Jessien (suplente). A Plenária segue com a pauta sobre a **tuberculose**, com a fala de  
26 Neusa Heizelman, presidente do Comitê Estadual de Enfrentamento da Tuberculose. Men-  
27 ciona que neste ano o tema da campanha mundial é: “Sim, podemos acabar com a tuber-  
28 culose”. Também, fala sobre a atualização da Resolução 444 do Conselho Nacional de  
29 Saúde, que trata das diretrizes ao enfrentamento da tuberculose, e que está expresso na  
30 nova Resolução de nº 709/2023, de 16 de março. Em seguida, Patrícia Sanine represen-  
31 tando o CGTM/DATHI (MS), inicia falando de que o Comitê do RS tem, em relação aos  
32 demais do Brasil, uma atuação bem maior, porém, o RS é o quinto Estado e, Porto Alegre  
33 é a segunda capital, com maior coeficiente de mortalidade. Comenta ainda sobre a impor-  
34 tância de chamar a atenção para os municípios a fim de pensar em projetos de lei que  
35 garantam maior proteção social às pessoas acometidas por tuberculose e garantir a ampli-  
36 ação de recursos humanos e financeiros para tal. Posteriormente, a senhora Carla Jarc-  
37 kzewski inicia uma apresentação do Programa Estadual de Controle da Tuberculose  
38 (PECT/RS), mostrando os indicadores epidemiológicos no Estado do RS, como taxa de  
39 incidência e desfecho. Menciona que a taxa de cura segue muito distante dos 85% preco-  
40 nizado pela OMS, e muito superior aos 5% de abandono. No ano de 2021 (último ano ava-  
41 liado) houve 53% de cura e, em torno de 15% de abandono. Refere publicações importantes  
42 na página do CEVS, como notas informativas e o Guia da Tuberculose na Atenção Primária  
43 à Saúde. Também apresenta as principais atribuições e atividades do PECT/RS, os avan-  
44 ços observados em 2022 e desafios para 2023, como a redefinição de papéis na 1ª CRS,  
45 descentralização efetiva na Atenção Primária, fortalecimento nos sistemas de assistência  
46 social, entre outros. Neusa destaca a importância das conferências de saúde, para que as  
47 demandas sejam reafirmadas. Na sequência assume a palavra a senhora Ludmila Cristina  
48 do Carmo, do Comitê de Minas Gerais e da Rede Brasileira de Comitês para o Controle da  
49 Tuberculose. Elogia os 10 anos do Comitê do RS e retoma a importância da Resolução  
50 709/2023, solicitando apoio do controle social para a efetivação das ações propostas. Inara  
51 Ruas, primeira inscrita, menciona que a deixa apavorada a informação de que o RS é o  
52 quinto estado em mortalidade por tuberculose e observa a falta de investimentos na atenção  
53 básica. Questiona a possibilidade de realizar um projeto onde seja viável eliminar a tuber-  
54 culose. Carlos Duarte fala sobre os dados absurdos apresentados em audiência pública na  
55 Assembleia Legislativa, recordando que a concentração de casos de tuberculose está na  
56 região metropolitana. Diz que temos todas as tecnologias para lidar com a tuberculose  
57 como um problema de saúde pública, mas que isso não é feito por questão de prioridade  
58 da gestão de governo. Comenta que as pessoas estão morrendo por descaso e que no RS  
59 há um negacionismo em relação à tuberculose. Paulo Casanova fala sobre a negligência

60 em vigilância à saúde e no quanto isto contribui para os casos da doença. João de Deus  
61 comenta sobre a frente parlamentar formada na Assembleia Legislativa e a importância de  
62 o controle social ser respeitado. Claudio Augustin fala que não se avançou na redução de  
63 casos de tuberculose e aponta a necessidade de se fazer um diagnóstico sério a fim de  
64 entender o porquê isso ocorre: se há falta de financiamento, se há falta de recursos huma-  
65 nos. Ivete Dornelles pergunta se existe algum estudo sobre a relação entre os casos regis-  
66 trados e a condição social dos indivíduos; e se nos municípios do RS está assegurada a  
67 garantia de tratamento. Alfredo comenta que nos últimos anos ocorreu o abandono das  
68 políticas de saúde e que a revogação da emenda constitucional 95 é fundamental. Carla  
69 Jarckzewski retoma a palavra em atenção aos questionamentos dos conselheiros e as  
70 ações da SES. Itamar Santos sugere, como encaminhamento, que ocorra a fiscalização da  
71 vigilância sanitária nos estabelecimentos de alimentação e frigoríficos, ao invés da autofis-  
72 calização – considerando a transmissão da tuberculose a partir dos animais. Carla refere  
73 que casos de transmissão de tuberculose por carne bovina são praticamente inexistentes.  
74 Cláudio pede que a comissão IST faça o encaminhamento desta pauta. Solicita, ainda, a  
75 inversão de pauta e a discussão sobre a **saída do CES/RS do CAFF**. Expõe argumentos,  
76 defendendo a permanência do Conselho no atual endereço e sugere a aprovação de reso-  
77 lução que trate da posição contrária à saída do CAFF. Carlos Duarte diz que já ocorreram  
78 reuniões com a SPGG e a SES, na expectativa de sensibilização. Karina diz que o usuário  
79 será penalizado com o “despejo”, pois existem problemas de acessibilidade e dificuldade  
80 de estacionamento, por exemplo. Larissa, do FGSM, manifesta-se repudiando esta decisão  
81 do governo estadual. A proposta de resolução foi colocada em votação, havendo 19 votos  
82 favoráveis, 1 contrário e 4 abstenções. Sobre a pauta referente à **Atenção de Média e Alta**  
83 **Complexidade**, a senhora Ivonete, da SES-RS, inicia sua apresentação. Fala sobre o Pro-  
84 grama Cirurgia +, que tem o propósito de ampliar o acesso à realização de exames, con-  
85 sultas e procedimentos cirúrgicos eletivos aos usuários do SUS, diminuindo as filas de es-  
86 pera. O governo do estado disponibilizou 85 milhões para esta finalidade. A partir da publi-  
87 cação da portaria, foi aberto o prazo para adesão dos hospitais, sendo que 71 foram homo-  
88 logados. O programa prevê o pagamento de 1,5% da tabela de procedimentos do SUS.  
89 Ivonete apresenta informações sobre a execução do programa até dezembro de 2022 e  
90 menciona a possibilidade de readequação deste programa. Em paralelo, cita a Portaria  
91 GM/MS nº 90/2023, sobre o Programa Nacional de Redução de Filas de Cirurgias Eletivas,  
92 Exames Complementares e Consultas Eletivas no âmbito do SUS, em que há previsão de  
93 aporte de 32 milhões, especificamente para as cirurgias. Na última reunião CIB foram apre-

94 sentadas as informações, já que poucos prestadores aderiram e o esforço é pela sua am-  
95 pliação. Menciona que, para atender toda a fila de espera, zerando-a, seria necessário um  
96 investimento de 168 milhões. Inara pergunta se estas ações estão integradas ao Programa  
97 Assistir e, por que a baixa adesão dos hospitais. Carlos Duarte comenta que ficou com  
98 muitas dúvidas e questiona como as duas iniciativas apresentadas (do governo federal e  
99 estadual) dialogam. Rosangela Dornelles, da Associação Vida e Justiça, explica a dificul-  
100 dade da regionalização da saúde, menciona que os custos são muito onerosos e, que não  
101 existem especialistas suficiente para atender toda a demanda de fila de espera. Também  
102 menciona a importância de elucidar aos usuários do Programa Cirurgias + como o projeto  
103 funciona, já que muitos não sabem. Refere a importância de dar transparência aos usuários.  
104 Claudio sugere, como encaminhamento, que a SES-RS passe os dados referente às filas,  
105 por especialidades, além do plano de investimento dos recursos, uma vez que é necessária  
106 uma discussão profunda, com apreciação prévia das informações. Itamar faz uma crítica à  
107 baixa adesão dos hospitais, nos programas apresentados para redução das filas de espera.  
108 Ivonete responde aos questionamentos realizados, informando que o Programa Assistir não  
109 tem relação com o Cirurgia +. Em relação ao programa estadual, lançado em 2021, informa  
110 que há previsão de pagamento de uma vez e meia o valor da tabela SUS e, para procedi-  
111 mentos secundários, uma vez o valor da tabela SUS, além do valor de R\$ 150,00 para a  
112 primeira consulta. Refere que o programa lançado pelo Ministério da Saúde é distinto do  
113 programa da Secretaria Estadual de Saúde, embora tenham o mesmo objetivo. Cláudio  
114 menciona que quando foi lançado o Programa do Ministério da Saúde, para redução das  
115 filas, o Conasems manifestou-se afirmando que seria necessário 10 vezes mais recursos  
116 para atender toda a demanda represada. Questiona sobre o valor necessário, de fato, pra  
117 resolver esse problema no RS. Encerrada a pauta, Inara comenta que estiveram presentes  
118 nesta plenária dois servidores do Ministério da Saúde, que se disponibilizaram em trabalhar  
119 na relatoria da conferência estadual. Por fim, Cláudio resgatou o processo de construção  
120 do **Documento Orientador da 9ª Conferência Estadual de Saúde** e apresentou os ele-  
121 mentos políticos elencados. Inara colocou em votação o documento apresentado, sendo  
122 aprovado. Na pauta dos **assuntos gerais**, Itamar manifesta-se sobre os problemas viven-  
123 ciados no estacionamento do CAFF, destinado aos visitantes. Outro caso relatado é da  
124 dificuldade de familiares de crianças autistas, de entrar na escola, para acompanhar seus  
125 filhos. João de Deus fala sobre a deficiência na atuação das comissões do CES/RS. Ro-  
126 drigo fala que haverá uma reunião em abril, para a reestruturação das comissões. Claudio  
127 comenta que está prevista uma conferência livre nacional sobre as vítimas do Covid, em 22  
128 de maio, com a confirmação de dez estados brasileiros. Nada mais havendo a tratar, eu,

129 Elizeu Carneiro de Mendonça, lavrei a presente ata que, após leitura e aprovação, será  
130 assinada pelo presidente em exercício do Conselho Estadual de Saúde. Porto Alegre, 30  
131 de março de 2023.